

TESE DA DIREÇÃO DO SINDICATO

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Nos últimos meses, velhos fantasmas que assombraram o século XX voltaram, de maneira contundente, a ser notícia no novo século. Em julho, na Ucrânia (país da Europa Oriental, que faz fronteira com Rússia, Polônia, Romênia e Eslováquia), um conflito armado entre tropas nacionais e separatistas pró-Rússia levou à morte centenas de civis de outras nacionalidades quando um avião Boeing 777 da Malaysia Airlines foi abatido ao sobrevoar uma região próxima à do conflito, por míssil terra-ar russo, disparado pelos separatistas. A tensão internacional que se seguiu à tragédia, conduzida pelo governo Obama, e dirigida principalmente ao presidente Putin, lembrou o triste período de Guerra Fria dos anos 60 e 70 do século passado.

O mesmo sentimento de déjà-vu passou por nós ao acompanhar mais um banho de sangue palestino cometido por Israel entre os meses de julho e agosto deste ano, para confirmar sua política de expansão sionista. Como de costume, o apoio dos Estados Unidos foi decisivo para manter a situação inalterada, com um número estarrecedor de crianças e civis palestinos mortos ou mutilados pelos incessantes bombardeios a alvos como escolas, creches e residências, com a alegação de que eram esconderijos do Hamas. As feridas abertas pelo confronto são nítidas: segundo a ONU, cerca de 375 mil crianças precisam de atendimento psicológico, e 485 mil pessoas foram deslocadas para abrigos de emergência ou para casas de outras famílias palestinas.

Apesar de não exercerem mais o protagonismo econômico de outrora, os Estados Unidos e a Rússia, pelo seu poderio bélico, ainda se veem como as superpotências que eram no século passado, e arrastam consigo os mesmos vícios e erros de antes. A ONU foi esvaziada de sua influência global paulatinamente, desde os anos 90, principalmente por inobservâncias dos governos Bush-pai e Bush-filho às diretrizes da Organização. A China, líder econômica dos emergentes BRICs, e atual locomotiva do capitalismo global, não se importa com as querelas estadunidenses e russas, abrindo mão de arbitrar sobre as complexas questões herdadas pela geopolítica pós-segunda guerra mundial. O Brasil, prestes a ser rebaixado para o posto de nona economia mundial – resultado de seu pífio crescimento econômico nos últimos três anos, não tem respaldo internacional para querer interferir nesses assuntos.

Dentro da realidade dos países da América Latina, o Brasil vem apresentando desempenho econômico muito aquém de sua potencialidade. Apresentamos, entre os anos de 2011 e 2013, o segundo pior índice de crescimento econômico dos países latino-americanos e do Caribe (média de 2% ao ano – é a terceira pior média de crescimento da história do Brasil republicano!). O Brasil só cresceu mais que El Salvador neste período, o que é preocupante. Estratégias econômicas equivocadas, falta de investimentos em infraestrutura para expansão da indústria e escoamento da produção para exportação, queda da demanda por produtos de baixo valor agregado na Europa e nos EUA, além do aumento demasiado da dívida interna nacional, são os principais motivos desse fraco crescimento. E um país com economia enfraquecida não se desenvolve como deveria.

CONJUNTURA NACIONAL

Às vésperas de mais um período eleitoral, verificamos que as “costuras” políticas firmadas entre partidos para este pleito de 2014 apresentam tanto as antigas coligações da década passada (PT com PMDB, PDT e PP, para presidente), como algumas consideradas inusitadas (PSDB com PSOL para governador em Alagoas; PSB, PT e PSOL para governador no Amapá) – tais fatos mostram que a questão ideológica não é preponderante na dinâmica dessas coligações. Coerência é o que menos se percebe nestas poucas semanas que antecedem o momento de votar: uma candidata à presidente até participa simultaneamente da campanha de candidatos adversários para o cargo de governador do Rio de Janeiro. De um lado, vemos candidaturas representando forças que apostam no desgaste do governo, e de outro, forças políticas que dão sustentação ao atual governo.

Em Brasília, no dia 26 de junho deste ano, finalmente o Plano Nacional de Educação foi votado e sancionado (sem vetos presidenciais), mas apresenta uma grave falha ao permitir que parte de sua maior conquista – os 10% do PIB para a Educação – seja destinada a isenções fiscais, bolsas de estudo e financiamentos em instituições privadas de ensino. Com o atual estado de penúria em que as escolas das redes públicas municipais e estaduais se encontram pelo Brasil afora, e com o *lobby* fortíssimo dos donos de escolas privadas no Congresso Nacional, o cenário para os próximos dez anos continua a mostrar-se desalentador.

Além de aspectos políticos, a crise internacional tem uma decisiva dimensão econômica, cujos desdobramentos poderão afetar os países que possuem maior dependência frente ao comércio internacional, maior vulnerabilidade cambial e taxas de juros mais altas. Apesar da visão negativa de setores do grande empresariado e da grande mídia, hoje a economia brasileira é bem mais sólida do que foi na década de 90. Ainda temos um cenário positivo com baixas taxas de desemprego e geração de novos postos de trabalho formais.

Medidas atuais do governo de elevação de taxas de juros podem afetar negativamente o desempenho da economia brasileira. Isso é uma prova que ainda temos muito a avançar.

Manifestações populares que tomaram as ruas do País em junho de 2013, reivindicando melhoria no transporte urbano e coletivo, na saúde, na educação e, ao mesmo tempo, denunciando a corrupção, foram manipuladas pela imprensa com o intuito de descredenciar o governo e os próprios manifestantes. A repressão e a violência policial criaram clima de terror em várias capitais e dispararam uma onda de criminalização do movimento, aumentando a instabilidade e o tensionamento. A estratégia de manipulação das informações desviou o foco de uma análise mais consistente sobre a real motivação das manifestações populares.

A população exige mais Estado, mais políticas públicas universais. Os serviços de saúde e educação pública não atendem nem em quantidade, nem em qualidade a necessidade da população, que se encontra refém da exploração na educação e na saúde privada. A falta de uma política de segurança pública nas grandes cidades, que tenha como objetivo garantir a cidadania da população, o respeito à democracia e aos direitos humanos,

que trabalhe com ações preventivas em parceria com a comunidade, faz crescer a criminalidade, a violência e a insegurança.

As manifestações de junho também recolocaram no centro do debate nacional a necessidade de uma mudança profunda no atual sistema político brasileiro através de uma reforma política. A realização de uma Reforma Tributária no Brasil é outra mudança fundamental para melhorar a distribuição de renda e combater as desigualdades econômicas e sociais; além da democratização dos Meios de Comunicação.

A qualidade da educação pressupõe, além de acesso à escola, investimento público para a formação integral das crianças e jovens com respeito à diversidade étnica, cultural, sexual e de gênero, formação e valorização dos profissionais da educação e gestão democrática.

As expectativas em relação aos investimentos em infraestrutura necessários ao aproveitamento das oportunidades abertas pela exploração de petróleo nas camadas do pré-sal, além dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016, colocam desafios para a implementação de novos investimentos em desenvolvimento tecnológico.

Com relação à educação técnica profissional de nível médio e tecnológico de nível superior, a luta do sindicato deve ser voltada para a escolarização e formação profissional dos alunos. Não basta qualificar para o trabalho sem garantir o acesso à formação humana, que compreende valores éticos integrados à ciência, à tecnologia e à cultura, na perspectiva de desenvolvimento da pessoa como um todo.

Neste sentido, é importante distinguir esse projeto de educação verdadeiramente inclusivo, de outros com foco apenas na qualificação para o trabalho, a exemplo do Pronatec. O Sindpefaetec deve apontar na direção do aumento de vagas do Ensino Médio Técnico que constitui um projeto educacional mais amplo e inclusivo, voltado para novas oportunidades na vida dos alunos e para a qualificação no mundo do trabalho.

CONJUNTURA ESTADUAL

O Rio de Janeiro evidentemente também está condicionado à perspectiva eleitoral. Termina o segundo mandato do governador Sérgio Cabral e se abre a possibilidade de mudanças ou continuidades. Está em discussão o que o Rio de Janeiro quer agora depois do governo Cabral. O resgate da prioridade do social deve ser a marca mais importante para os eleitores.

O Rio de Janeiro, após 16 anos de hegemonia do grupo político do PMDB, apresenta uma disputa eleitoral entre duas frações deste grupo original: uma liderada pelo ex-governador Garotinho, agora no PR, e outra cujo comando se divide entre os atuais caciques do PMDB, Sérgio Cabral, Eduardo Paes, Jorge Picciani, Paulo Melo e o candidato do partido e atual vice-governador no exercício do cargo, Luís Fernando Pezão.

Apesar de uma relativa retomada de sua importância econômica neste período, alavancada pelas receitas dos royalties do petróleo e pelos megaeventos previstos para a cidade – Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016 – o Estado é extremamente dependente destas receitas e refém da decisão a ser tomada pelo STF sobre a distribuição das mesmas

entre os entes federativos, como ficou claro em mobilizações protagonizadas por políticos de todo o Estado, para além da base de apoio do governo estadual, e por entidades da sociedade civil em defesa da atual regra de repartição dos royalties que beneficiam Estados produtores.

O legado desses 16 anos de PMDB no Estado se associa a um balanço negativo, marcado por avanços modestos em algumas áreas e uma gestão desastrosa no geral. Na segurança pública, avanços tímidos representados pelas UPPs – na medida em que estas representaram em muitos casos a tardia presença de algum Estado em diversas comunidades – tem como contraponto a reorganização do crime em algumas das áreas pacificadas e os limites impostos à efetiva integração destas áreas pacificadas ao universo da Cidade e do Estado.

Na saúde não há registro de intervenção positiva do governo do Estado no que se refere à organização do SUS no RJ. Para além da construção de algumas UPAs, resultado de parceria com o Governo Federal, a gestão atual, marcada pela desastrosa atuação de Sérgio Côrtes reproduz o caos da gestão Garotinho nessa área.

Na educação o quadro é dramático. Apesar dos investimentos no ensino técnico na Rede FAETEC e das conquistas de nossa categoria através da luta deste Sindicato – com destaque para a aprovação do PCS na ALERJ – a permanência de problemas crônicos e estruturais na SEEDUC não teve como resposta do governo Cabral ações estruturais de reforma da política do Estado para a educação básica, mas sim um programa caracterizado pela meritocracia, pela manipulação de estatísticas e pela coação e o assédio aos profissionais da educação. Esta categoria (SEEDUC) soube se beneficiar de forma sinérgica da grande greve da Rede Municipal e da greve da FAETEC em 2013 para manter-se parcialmente mobilizada frente aos ataques do governo Cabral, retomando a estratégia na greve unificada de 2014, sem, contudo alcançar conquistas significativas pelo desgaste do movimento, bem como pelo refluxo na mobilização da Rede Municipal. Há muito que avançar na nossa Rede FAETEC e a necessidade de uma reestruturação geral se impõe na rede SEEDUC.

É mister ressaltar que na Faetec necessita-se avançar na melhoria de nosso plano de carreira para garantir a real valorização dos servidores da rede; garantir uma gestão democrática e eleição em todas as unidades da rede; maior autonomia da Faetec administrativa e financeira para conseqüentemente fornecer tal autonomia para as unidades da Rede que hoje recebem verbas irrisórias que comprometem a manutenção e a melhoria nas condições de trabalho dos servidores e diminuição significativa do número de profissionais contratados.

Em todas as dimensões da política social: habitação, transporte, educação, saúde, cultura... tem que ser prioritário para humanizar e democratizar o Rio de Janeiro. **O movimento de manifestações iniciado em junho de 2013 também teve influência** e, na ocasião, ajudou na perda de prestígio do governo Cabral, que teve uma queda significativa. Principalmente das reações desastradas feitas nessas manifestações por ordem do governador.

A significativa expressão das Jornadas de Junho de 2013 no Rio e as contundentes mobilizações contra a truculência e os erros do governo Cabral representaram a potencial energia renovadora da sociedade carioca e fluminense. Os trabalhadores e as Centrais

Sindicais, apesar de constrangidos em algumas manifestações espontâneas organizadas com apoio de redes sociais, marcaram presença nesse momento histórico, organizando inclusive uma grande manifestação que reuniu mais de 20 mil trabalhadores na Av. Rio Branco no “Dia Nacional de Luta”, em 11 de julho de 2013.

Essa resistência questionadora da questão urbana e social na cidade e no Estado, contudo, não parece jogar peso expressivo no quadro eleitoral atual, na medida em que candidaturas que representam a conservação do modelo vigente há 16 anos e a reação à perspectiva de mudança – Pezão e Garotinho – concentram mais de 50% das intenções de voto manifestas nas mais recentes pesquisas eleitorais. Enquanto isso, as forças de esquerda reunidas em torno das candidaturas do Senador Lindberg Farias (PT- PSB- PV –PC do B), do Professor Tarcísio Motta (PSOL) e da Professora Dayse Oliveira (PSTU), em tese catalisadoras dessa insatisfação social e perspectivas de mudanças, somadas, alcançam apenas 15 % das intenções de voto nas mesmas pesquisas.

Estatuto

Defendemos a manutenção do estatuto, exceto as seguintes alterações:

Alterações estatutárias

- Proposta substitutiva do inciso 3 do art. 4º, cap. II:
- 3. Requerer à Diretoria Colegiada do sindicato a convocação de assembleias e congressos extraordinários, mediante apresentação de abaixo assinado com pelo menos **10%** do quadro associativo;

Nova redação:

- 3. Requerer à Diretoria Colegiada do sindicato a convocação de assembleias e congressos extraordinários, mediante apresentação de abaixo assinado com pelo menos **20%** do quadro associativo;

-
- Proposta aditiva do § 3º, art. 7º, cap. IV:
 - **§ 3º:** A convocação do Congresso será feita pela Diretoria Colegiada em Assembleia Geral Ordinária com antecedência mínima de 2 (dois) meses e amplamente divulgada em todas as Unidades Escolares e na sede e no site do Sindicato.

Nova redação:

- **§ 3º:** A convocação do Congresso **Ordinário** será feita pela Diretoria Colegiada em Assembleia Geral Ordinária com antecedência mínima de 2 (dois) meses e

amplamente divulgada em todas as Unidades Escolares e na sede e no site do Sindicato.

-
- Proposta aditiva do § 4º, art. 7º, cap. IV:
 - **§ 4º:** Da convocação constarão, necessariamente, a data da realização do Congresso, o temário e os prazos para apresentação de teses e inscrição de delegados.

Nova redação:

- **§ 4º:** Da convocação constarão, necessariamente, a data da realização do Congresso **Ordinário**, o temário e os prazos para apresentação de teses e inscrição de delegados.

-
- Proposta aditiva de um § 6º, art. 7º, cap. IV:
 - **§ 6º: O Congresso Extraordinário somente poderá deliberar sobre os assuntos para os quais for convocado e deverá ser amplamente divulgado pela diretoria colegiada do sindicato.**

-
- Proposta de supressão do item 1 do art. 10º, cap. IV:
 - **1. Propor e eleger a Mesa Diretora do trabalho entre seus participantes;**

-
- Proposta aditiva do item 5, art. 10º, cap. IV:
 - 5. Destituir a Diretoria Colegiada;

Nova redação:

- 5. Destituir **membros** da Diretoria Colegiada, **conforme cap. XVI.**
- Proposta de supressão do item 4 do art. 12º, cap. V:

4. Julgar todos os atos e pedidos de punição da diretoria Colegiada, do conselho Deliberativo, dos Filiados e do Conselho Fiscal;

- Proposta de supressão do § 2º, do art. 13º, cap. V:

§ 2º: As Assembleias Gerais Ordinárias poderão deliberar sobre assuntos constantes na ordem do dia, por decisão de 50% (cinquenta por cento) mais um dos presentes.

-
- Proposta substitutiva do inciso 2 do art.14º, cap. V:

- 2. Por abaixo assinado dos filiados da categoria contendo 10% (dez por cento) das assinaturas;

Nova redação:

- 2. Por abaixo assinado dos filiados da categoria contendo **20% (vinte por cento)** das assinaturas;

-
- Proposta aditiva do item 7, art. 17º, cap. VI:
 - 7. Representar o Sindicato em todas as organizações de trabalhadores, nos níveis municipal, estadual e nacional, de acordo com as linhas estratégicas de seu plano de lutas.

Nova redação:

- 7. Representar **à categoria em reuniões, comissões e negociações e** o Sindicato em todas as organizações de trabalhadores, nos níveis municipal, estadual e nacional, de acordo com as linhas estratégicas de seu plano de lutas.

-
- Proposta aditiva de um item 8, art. 17º, cap. VI:
 - **Artigo 17º:** Compete à DIRETORIA COLEGIADA:
 - **8. Estabelecer a Mesa Diretora de Congressos e Assembleias.**

-
- Proposta substitutiva do caput do art.29º, cap. VII:
 - **Artigo 29º:** Os representantes do Conselho Deliberativo terão mandato de (um) ano, com eleição prevista até 2 (dois) meses após a posse da diretoria Colegiada.

Nova redação:

- Artigo 29º: Os representantes do Conselho Deliberativo terão mandato **até o final da gestão da Diretoria Colegiada.**

-
- Proposta substitutiva do art.29º, § 1º, cap. VII:
 - **§ 1º:** A posse dos representantes do Conselho Deliberativo será feita 2 (dois) meses após a posse da diretoria Colegiada.

Nova redação:

- **§ 1º:** A posse dos representantes do Conselho Deliberativo será feita **até 6 (seis)** meses após a posse da diretoria Colegiada.

-
- Proposta substitutiva do caput do art.30º, cap. VII;
 - **Artigo 30º:** O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por mês.

Nova redação:

- Artigo 30º: O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente **no mínimo 2 (duas) vezes por ano.**

-
- Proposta aditiva do art.30º, § 1º, cap. VII:
 - **§ 1º:** O Conselho Deliberativo deliberará por maioria simples e reunir-se-á, extraordinariamente, sempre que for necessário, podendo ser convocada por 1/3 deste Conselho

Nova redação:

- **§ 1º:** O Conselho Deliberativo deliberará por maioria simples e reunir-se-á, extraordinariamente, sempre que for necessário, podendo ser convocada **pela Diretoria Colegiada ou** por 1/3 deste Conselho

-
- Proposta aditiva do art.31º, item 2, cap. VII:
 - 2. Propor medidas de caráter econômico, financeiro e político definindo a linha de ação do Sindicato e o plano de lutas.

Nova redação:

- 2. Propor medidas de caráter econômico, financeiro e político definindo a linha de ação do Sindicato e o plano de lutas, **inclusive em situações de greve.**

-
- Proposta aditiva de um item 3 do art.46º, cap. X:
 - **Artigo 46º:** Estão impedidos de pertencer à Comissão Eleitoral:
 - **3. Familiares de candidatos à eleição da Direção Colegiada e do Conselho Fiscal.**

-
- Proposta aditiva do item 2, art.56º, cap. XV:
 - 2. As doações de qualquer natureza e os legados.

Nova redação:

2. As doações de qualquer natureza e os legados **lícitos**.

- Proposta aditiva do item 3, art.57º, cap. XV:
- 3. Outras rendas de qualquer natureza.

Nova redação:

- 3. Outras rendas **lícitas** de qualquer natureza.

-
- Proposta aditiva de um item 5, art.59º, cap. XVI:
 - **Artigo 59º:** O membro da Diretoria Colegiada, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo perderá seu mandato quando:
 - **5. Manifestar-se publicamente como dissidência ou oposição da Diretoria Colegiada.**

-
- Proposta substitutiva do §1º, do art.59º, cap. XVI:
 - **§ 1º:** A perda do mandato será declarada em Assembleia Geral, dando-se ciência a quem o perde, cabendo recurso ao Congresso e garantindo-se amplo direito de defesa.

Nova redação:

- §1º: A perda do mandato será **decidida em Congresso Ordinário ou Extraordinário garantindo-se amplo direito de defesa.**

-
- Proposta aditiva do item 4, art.60º, cap. XVI:
 - 4. por deliberação majoritária do Congresso Extraordinário.

Nova redação:

- 4. por deliberação majoritária do Congresso **Ordinário** ou Extraordinário.

PLANO DE LUTAS:

- Reposição salarial anual para o quadro efetivo e para o quadro suplementar;
- Aproveitamento acadêmico dos administrativos no plano de carreira;
- Equiparação das tabelas de progressão entre Professores II e Instrutores;
- Isonomia salarial entre inspetores I e II;
- Inclusão dos pedagogos na carreira docente;
- Adicional de insalubridade;
- Novo Concurso público;
- Chamada de todos os concursados aprovados de 2010;
- Auxílio alimentação;
- Dedicção Exclusiva para docentes do Quadro Permanente e Suplementar e para Técnicos Pedagógicos em forma de vencimentos majorados em, no mínimo, 65% e nunca em forma de adicional como na UERJ;
- Licença integral para estudos de Mestrado e Doutorado;
- Ato de investidura para todos os servidores estáveis.
- Carga horária de 30 h para os técnico administrativos

Assinam esta tese:

Bárbara Cristina Santos de Oliveira

Bartolomeu João Menezes do Nascimento

Carlos Henrique Santos Oliveira

Claudio Henrique Afonseca de Souza

Fabiana Gomes Salles

Gabriela Ferreira Laurindo dos Santos

João da Silva

Jocélio da Silva Rocha

Lis de Aguiar Pinto

Luiz Carlos Manoel da Silva

Luiz Eduardo de Matos Ferreira

Márcia André de Oliveira

Márcio Luiz Silva

Marcos Roberto Batista de Freitas

Orlando Alberto Miranda Costa

Priscila Aparecida da Silva

Rodrigo Ribeiro Fraga

Victória Freitas C. Manhães de Araújo